

13

## CONCURSO PÚBLICO

Aquisição de uma Viatura Pesada de Passageiros de 51 lugares para Transporte  
Escolar

### PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

## Programa do Procedimento

### Capítulo I Disposições Gerais

#### Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso

- 1 - O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do artigo 130º a 154º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
- 2 - O presente contrato tem como objeto principal a aquisição de um veículo pesado de passageiros tipo autocarro, com a lotação de 51 lugares + lugar motorista + lugar guia, para turismo e transporte escolar.

#### Artigo 2.º Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Mora, sito na Rua do Município, 41, 7490-243 Mora, Telefone 266439070, Fax 266403260 e endereço eletrónico, [contratacoes@cm-mora.pt](mailto:contratacoes@cm-mora.pt).

#### Artigo 3.º Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Câmara Municipal de Mora, ao abrigo do disposto no disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 18.º, do D.L. 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto no n.º 1, artigo 36º do DL 18/2008, na sua atual redação, bem como alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

#### Artigo 4.º Concorrentes

- 1 - A apresentação de propostas fica sujeita ao prévio registo dos interessados na plataforma da Entidade Adjudicante, <http://pt.vortal.biz>.
- 2 - Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do CCP.

#### Artigo 5.º Peças que constituem o procedimento

- 1 - O processo relativo ao presente procedimento é composto pelas seguintes peças:

- a) Programa do procedimento e seus anexos;
- b) Caderno de encargos.

2 - Os anexos ao programa do procedimento são os seguintes:

- a) Anexos A – Modelo da proposta a apresentar;
- b) Anexo I – Modelo de declaração do nº 1 do artigo 57º do CCP). Quando o procedimento for publicado no Jornal Oficial da União Europeia é apresentado em substituição do anexo I o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);
- c) Anexo II – Modelo de declaração (alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP);
- d) Anexo III – Modelo de Caução (Guia de Depósito);
- e) Anexo IV – Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução.

3 - O processo a que se refere o nº 1 integra ainda, se for caso disso, os esclarecimentos prestados nos termos definidos no artigo 6º do programa do procedimento.

## Capítulo II Apresentação das propostas

### Artigo 6.º

#### Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento

1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri do concurso, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento, por escrito, através da plataforma eletrónica, <http://pt.vortal.biz/>, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas.

2 - Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pelo Júri do concurso, nos termos do nº 2 do artigo 69.º do CCP, através da plataforma eletrónica, <http://pt.vortal.biz/>, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

3 - O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças de procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no número anterior, ou até ao final do prazo de entrega das candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, o prazo fixado para apresentação das propostas ser prorrogado, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

4 - Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.



- 5 - A pedido fundamentado de qualquer interessado, que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
- 6 - As decisões de prorrogação nos termos e no disposto no número anterior cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente o aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 130.º do CCP.

### Artigo 7.º

#### Documentos que constituem a proposta

- 1 - A proposta é a declaração pelo qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - A proposta, em conformidade com o artigo 57.º do CCP, deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
- a) Declaração de aceitação, assinada pelo concorrente ou por representante legal emitida conforme o modelo constante no **anexo I**;
  - b) Declaração conforme **anexo A**, com o preço com o qual o concorrente se dispõe a contratar, assinada pelo concorrente ou por representante legal que tenha poderes para obrigar.
- 3 - Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 4 - O preço da proposta será expresso em euros, indicado em algarismos e por extenso e não deve incluir o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
- 5 - Todos os documentos da proposta devem ser assinados pelo concorrente ou seus representantes que tenham poderes para o obrigar, com recurso a assinatura eletrónica qualificada nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 6 - Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão de Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão do registo comercial ou uma procuração que confira poderes necessários para os atos praticados ou a praticar.

7 - Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes últimos prevalecem, para todos os efeitos, sobre os preços indicados em algarismos.

8 - Sempre que nas propostas sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

#### **Artigo 8.º**

##### **Idioma das propostas**

Todos os documentos que constituem as propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, inclusive os mencionados no n.º 3 do artigo 57.º do CCP, ou não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e na qual o Concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

#### **Artigo 9.º**

##### **Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

#### **Artigo 10.º**

##### **Modo de apresentação das propostas**

1 - Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados, a partir do dia da publicação do anúncio, através de meio de transmissão eletrónica de dados, diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, <http://pt.vortal.biz>, até à data limite de apresentação de propostas estabelecida.

2 - Todos os documentos carregados na plataforma têm de ser assinados eletronicamente, sob pena de exclusão da proposta, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos artigos 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

3 - No caso de agrupamento concorrente, os documentos referidos no artigo 7.º devem ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitido por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes.



### **Artigo 11.º**

#### **Prazo para apresentação das propostas**

- 1 - As propostas podem ser apresentadas até às 17:00 horas do 9 (nono) dia após a contar da data de envio do anúncio para publicação do Diário da República, na plataforma eletrónica da Entidade Adjudicante, no endereço <http://pt.vortal.biz>.
- 2 - O prazo para apresentação das propostas é prorrogável nos termos da lei aplicável.

### **Artigo 12.º**

#### **Prazo manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Artigo 13.º**

#### **CrITÉrio de adjudicação**

- 1 - A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 74º do Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
  - a) O preço mais baixo.

### **Artigo 14º**

#### **CrITÉrio de desempate**

- 1 - Em caso de igualdade de propostas com preços iguais, o fator de desempate será o prazo de entrega, dando-se preferência à proposta que tiver um menor prazo, não podendo este ser superior a 120 (cento e vinte) dias corridos.
- 2 - Caso se verifique que após aplicação do critério de desempate referido no número anterior, se mantiver um empate entre as propostas, o desempate será feito mediante sorteio presencial com todos os interessados, do qual será lavrada ata e assinada por todos os presentes.

### **Artigo 15.º**

#### **Caução**

- 1 - Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com o artigo 89.º do CCP, na sua redação atual.

- 2- O adjudicatário deve, no prazo de 10 dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, prestar a caução, devendo comprovar que a prestou perante a entidade adjudicante, no dia imediatamente subsequente. Sendo que, a adjudicação caduca nos termos do n.º 1 do art.º 91.º do CCP, na sua redação atual, se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo a caução que lhe seja exigida.
- 3- A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro de caução, conforme escolha do adjudicatário, mediante a utilização de um dos modelos em anexo.
- 4- O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município de Mora, devendo ser especificado o fim a que se destina.
- 5- Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações a que a garantia respeita.
- 6- Tratando-se do seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- 7- A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Concurso, pode ser executada pela Entidade Adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
- 8- 4- A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

#### **Artigo 16.º**

##### **Abertura das propostas**

- 1- A abertura das propostas será efetuada via plataforma eletrónica no dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, pelas 09:00 horas.
- 2- O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.



3 - Aos concorrentes incluídos na lista, será facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.

### Artigo 17.º

#### Documentos de habilitação

1 - Nos termos do art. 81º do CCP, ao adjudicatário é solicitado a apresentação dos seguintes documentos de habilitação, no prazo de 5 (cinco) dias, na plataforma eletrónica de contratação pública, <http://pt.vortal.biz>:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante no **anexo II** ao presente programa de concurso;
- b) Certidão de Registo Criminal da empresa e dos seus representantes legais;
- c) Certidão comprovativa de inexistência de dívidas à Segurança Social;
- d) Certidão comprovativa de inexistência de dívidas relativas a impostos;
- e) Certidão da Conservatória do registo Comercial com a indicação dos representantes legais da Sociedade com poderes para proceder a outorga do contrato e a que título, pois caso seja por mandato, será necessário apresentar a respetiva procuração.

2 - Caso sejam detetadas irregularidades dos documentos de habilitação, por facto não imputável ao adjudicatário, o Município de Mora poderá conceder o prazo de 5 (cinco) dias para supressão das mesmas.

### Artigo 18.º

#### Adoção de ajuste direto

1 - O Município de Mora, pode adotar o ajuste direto quando na sequência deste procedimento:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta e desde que o caderno de encargos não seja substancialmente alterado;
- b) Todas as propostas apresentadas tenham sido excluídas, e desde que o caderno de encargos não seja substancialmente alterado.

2 - Pode adotar-se o ajuste direto nos termos dos artigos 24.º a 27.º do CCP.

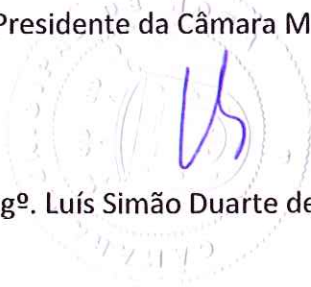
### Artigo 19.º

#### Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.



Mora, março de 2020  
O Presidente da Câmara Municipal



- Eng<sup>o</sup>. Luís Simão Duarte de Matos -







is

## ANEXOS





## ANEXO I

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º  
ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*)  
do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

*a*)...

*b*)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos

16  
Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## ANEXO II

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO III – Modelo de Caução**  
**GUIA DE DEPÓSITO**

Vai (a) \_\_\_\_\_, com morada/sede em \_\_\_\_\_, contribuinte n.º \_\_\_\_\_ depositar na (b) \_\_\_\_\_, à ordem do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mora de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, a quantia de (c) \_\_\_\_\_, que se destina a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do procedimento de contratação referente a (d) \_\_\_\_\_, constituindo a caução a que refere o artigo 88º e seguintes, do mesmo diploma.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

(e) \_\_\_\_\_

\*\*\*\*\*

- a) Identificação da entidade depositante (adjudicatário);
- b) Designação da Instituição Bancária
- c) Quantia por extenso;
- d) Descrição do Procedimento
- e) Carimbo e assinatura da Entidade depositante.



**Anexo IV**  
**Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução**

Em nome e a pedido de (1) \_\_\_\_\_, vem o/a (2) \_\_\_\_\_ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Mora, uma garantia bancária/seguro-caução, até ao montante de (3) \_\_\_\_\_ € (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito (4) \_\_\_\_\_ nos termos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

Declara o/a (instituição garante) \_\_\_\_\_ que a presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que solicitado por simples notificação escrita por parte do Município de Mora.

Mais declara o/a (instituição garante) \_\_\_\_\_ que, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Mora, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente de quaisquer prémios que lhe sejam devidos

**A Instituição Garante**

\*\*\*\*\*

- (1) - Identificação completa do Adjudicatário;
- (2) - Identificação completa da Instituição garante;
- (3) - O valor deve corresponder a 5% do total da adjudicação, com exclusão do IVA;
- (4) - Identificação do procedimento.

15

## ANEXO A

### PROPOSTA

«Designação do concorrente», com sede «sede», titular de documento de habilitação «numero, validade» representada por «nome, bilhete de identidade/Cartão de Cidadão, naturalidade, identificação fiscal, cargo desempenhado na sociedade, profissão e residência», tendo tomado conhecimento dos elementos que constituem o processo de Consulta Prévia «identificação do procedimento», obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem esse fornecimento, em conformidade com o caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as suas cláusulas, o que faz pelo preço global fixo de «montante em numeração e por extenso, valor EURO» não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supra mencionada acrescentará o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeitar à execução do seu contrato ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data

Assinatura